

“Eles estão bem, nós é que estamos mal”

Os oficiais queixam-se de que os funcionários do Ministério das Finanças em missões de cooperação exteriores passarão a ter regalias superiores aos militares. E vão queixar-se ao ministro

Hugo Soares

A associação que representa os oficiais dos três ramos das Forças Armadas diz que os militares estão a ser discriminados – e vai queixar-se ao Ministério da Defesa.

Em causa está o novo regime remuneratório e de condições de trabalho em acções de cooperação técnica no estrangeiro dos elementos do Ministério das Finanças e da Administração Pública, que é superior ao dos militares.

“O problema não são eles.



Os militares vão pedir ao Governo regalias iguais aos civis

Eles estão bem, nós é que estamos mal”, diz o presidente da Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA), coronel Alpedrinha Pires. “O nosso sistema discrimina-nos em relação ao que está a ser implantado”, afirma ao *24horas*.

Como tal, vão expor a situação ao ministro Nuno Severiano Teixeira, para “ponderar, de imediato, a reposição da equidade”. “É uma falta de atenção do Governo para com os militares que é

preocupante”, explica Alpedrinha Pires. “Só temos ficado iguais no que respeita a perder direitos. Tem havido uma degradação do estatuto social dos militares”, afirma.

Os militares vão também pedir ao Governo que exista um regulamento global para as missões no estrangeiro. “Vamos propor ao Governo um estatuto global para as missões no estrangeiro que integre todos os corpos do Estado”, revela o presidente da AOFA.

De acordo com a associação, os militares são discriminados em relação aos subsídios de missão, viagens, seguros, transportes no local da missão e apoio à família em comparação com os elementos do Ministério das Finanças e Administração Pública (ver caixa).

Aliás, ainda segundo a AOFA, os militares em missão no estrangeiro têm recebido o suplemento de missão com um atraso médio de três meses. ■

O que os militares dizem perder

Subsídio de Missão:

► Militares – Suplemento com valor entre 65 e 70% do valor de ajudas de custo no estrangeiro (entre 1900 e 3000 euros mensais). Funcionários do Ministério das Finanças – Ajudas de custo no estrangeiro, mais 60 a 80 euros por dia para missões de curta duração (menos de 90 dias). Subsídio complementar entre 3000 e 4000 euros mais 500 euros de subsídio de embarque para missões de longa duração.

Viagens:

► Militares – Viagem de ida e volta no início e fim de missão.

Funcionários do MF – Viagem de ida e volta no início e fim de missão e de ida e volta por cada 6 meses de actividade para períodos iguais e superiores a 11 meses.

Apoio à família:

► Militares – Não têm.

Funcionários do MF – Pagamento de viagens ida e volta aos familiares directos, no início e fim de missão superior a um ano.